



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

IMPUGNAÇÕES

RDC 03/2023 – CBMPA - SELEÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DE ORIXIMINÁ.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ

Quartel do Comando-Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: Marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.

Telefone: (91) 98899-6515 e-mail: cplcbmpa@gmail.com

**pedido de impugnação do EDITAL REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES
- RDC Nº 003/2023 - CBMPA NA FORMA DA LEI**

1 mensagem

Eva Belo <evabelo2@yahoo.com.br>

17 de outubro de 2023 às 12:55

Para: "cplcbmpa@gmail.com" <cplcbmpa@gmail.com>

SEGUE ANEXO IMPUGNAÇÃO**Impugnacao-do-Edital.pdf**

490K



ALFA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS LTDA

CNPJ: 24.977.627/0001-65

ALFA CONSTRUTOP

ILUSTRÍSSIMO SENHOR HELTON CHARLES ARAÚJO MORAIS - CEL BM -Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Pará e em Exercício.

REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES - RDC Nº 003/2023 - CBMPA

OBJETO: SELEÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DE ORIXIMINÁ.

ALFA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS LTDA, CNPJ: 24.977.627/0001-65, End.: Ramal Sítio Nossa Senhora Rainha dos Corações, s/n – PA: 238 – Km 06, Seringa – São Caetano de Odivelas/PA – CEP: 68.775-000, por intermédio de seu representante legal a Sra. VANESSA DE JESUS DA SILVA REIS admitido neste ato, nacionalidade brasileira, nascida em 29/03/1983, solteira, empresária, CPF nº 826.016.742-53, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 4425171, órgão expedidor PC - PA, vem, respeitosamente e tempestivamente, apresentar

IMPUGNAÇÃO

aos termos do Edital em epígrafe, com sustentação no art. 41, §2º, da Lei nº 8.666/1993 e no item 20.4 do Edital, tendo em vista que o mesmo possui flagrantes ilegalidades que ensejam a alteração do edital e a designação de nova data para realização do certame, pelas razões e motivos a seguir.



1. TEMPESTIVIDADE:

A impugnação ora apresentada está em consonância com a legislação pertinente a matéria de licitações públicas, estando dentro do prazo de definido pelo Edital, qual seja aquele disposto no art. 41 da Lei nº 8.666/93. Tal prazo é até **05 (cinco) dias úteis antes** da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

Nesses termos, o prazo para a apresentação desta impugnação se esgota no dia 26/10/2023, uma vez que a sessão está marcada para o dia 01/11/2023. Assim sendo, a impugnação deve ser recebida e devidamente analisada por Vossa Senhoria.

2. SÍNTESE DOS FUNDAMENTOS:

Na expectativa de participar do certame em referência, a impugnante obteve o Edital em apreço, que tem como objeto a “**SELEÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DE ORIXIMINÁ.**”.

Contudo, após a análise do mesmo, a Impugnante se deparou com problemas e possível ilegalidade, não restando outra alternativa na esfera administrativa senão **impugnar** o mesmo.

Em primeiro lugar, o Edital contém ilegalidade por fixar a **VISTORIA TÉCNICA COMO OBRIGATÓRIA**, o que restringe indevidamente a competitividade, em afronta ao art. 3º, §1º, da Lei nº 8.666/1993.

A Impugnante reitera que a presente impugnação tem por escopo tão somente a melhor satisfação do interesse público, o que se viabilizará com a integral retificação dos vícios que se passa a apontar.

2.1. ILEGALIDADE NA OBRIGATORIEDADE DE VISTORIA TÉCNICA – VIOLAÇÃO AO ART. 3º. §1º. DA LEI Nº 8.666/1993:

Em primeiro lugar, o item 10.8.9.14 do edital prevê como condição de qualificação técnica, a visita técnica obrigatória. Senão vejamos:

10.8.9.14 Atestado de Visita emitido pelo CBMPA, em nome da Licitante, de que ela, conforme definido no Projeto Básico, visitou o local onde serão executadas as obras/serviços, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos



ALFA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS LTDA

CNPJ: 24.977.627/0001-65

ALFA CONSTRUTOP

mesmos até o dia útil anterior a realização do certame, a ser agendado previamente, **tal ato (visita técnica) é obrigatória**, caso a empresa tenha um endereço distante do endereço do objeto contratado, poderá apresentar profissional habilitado. Visita esta a ser agendada previamente (Tenente Felipe 91 98229-8989).

Ocorre que, a exigência de visita técnica obrigatória limita o universo de competidores, uma vez que acarreta ônus excessivo aos interessados que se encontram em localidades distantes do local estipulado para o cumprimento do objeto.

Inobstante, o mundo (e especialmente o Brasil) está vivendo um tempo de sérias restrições de locomoção devido a problemas climáticos, bem como, atravessando crises econômicas, políticas e sociais.

Exigir vistoria técnica em um período de de crises acima mencionadas, como é a nossa realidade atual.

Ademais, o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO possui diversos julgados no sentido de que é desnecessário o comparecimento ao local de prestação dos serviços, **bastando a declaração do licitante** de que conhece as condições locais para a execução do objeto. A ver:

“ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

(...) 9.4. determinar, nos termos do art. 43, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 250, II, do RITCU, que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) , além da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Instituto Euvaldo Lodi (IEL-NC) , **promovam a devida correção das falhas identificadas no edital da Concorrência nº 8/2018, adotando as seguintes medidas:**

(...)

9.4.4. **inclua a possibilidade de substituição do atestado de visita técnica obrigatória pela declaração formal do responsável técnico sobre o pleno conhecimento do objeto, em consonância com a jurisprudência do TCU (v.g. Acórdãos 1.823/2017, 212/2017, 2.126/2016 e 1.955/2014, do Plenário).**”¹

“ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e 250, inciso IV e §2º, do Regimento Interno deste Tribunal e, diante das razões expostas pelo relator, em:

(...) 9.7. dar ciência à Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ):

9.7.1. de que **são irregularidades que podem ensejar a anulação do certame as seguintes:**



(...)

9.7.4. exigência de “atestado de visita técnica”, sob pena de desclassificação da proposta, sem a devida motivação e sem franquear às licitantes a alternativa de apresentação de declaração de opção de não realizar a vistoria, sem prejuízo da consecução do objeto, em desacordo com a Constituição Federal, art. 37, inciso XXI, com a Lei 8.666/1993, art. 3º, §1º, e com a Jurisprudência do TCU (Acórdãos 655/2016,

¹ TCU - Acórdão nº 893/2019 – Plenário - Rel. Min. André de Carvalho – J. 16.04.2019. *Grifamos e sublinhamos.*

656/2016, 234/2015, 1.955/2014, 1.604/2014, 714/2014, 1.731/2008, todos do Plenário do TCU):”²

“O TCU firmou entendimento de que há restrição na competitividade e afronta ao disposto no inc. III do art. 30: “(...) extrapola tal preceito o requisito de que o próprio profissional a ser indicado na licitação como responsável técnico da obra deva ser o credenciado para a vistoria”. O TCU ponderou também que “(...) não se mostra razoável e não encontra abrigo na legislação o estabelecimento de vistoria no mesmo dia e horário, para todos os credenciados, uma vez que esse procedimento, além de restringir a participação dos interessados, possibilita a ocorrência de ajustes entre os futuros licitantes.” **Diante dos fatos, o tribunal determinou ao órgão jurisdicionado que “abstenha-se de estabelecer, em licitações (...), cláusulas impondo a obrigatoriedade de comparecimento ao local das obras, (...) sendo suficiente a declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto”.**³

“a exigência de realização de visitas técnicas (ou vistoria, nos termos empregados no edital) aos locais de execução dos serviços como critério de habilitação de licitantes já foi considerada abusiva pelo Tribunal em algumas ocasiões, por ausência de previsão legal. Segundo essa linha de entendimento, a declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços basta à Administração como prevenção contra possíveis alegações de impossibilidade de execução do contrato ou demandas por revisão contratual em razão de circunstâncias passíveis de serem avaliadas nessas visitas.”⁴

Portanto, resta evidente que a obrigatoriedade da vistoria técnica é ilegal e enseja a anulação do certame caso permaneça prevista no Edital, como prevê a jurisprudência do TCU. Logo, deve ser excluída tal previsão, permitindo-se que a vistoria técnica possa ser substituída por declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços.



Essa exigência afronta também o art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666/1993:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade

² TCU - Acórdão nº 1823/2017 – Plenário - Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues – J. 23.08.2017. *Grifamos e sublinhamos.*

³ TCU - Acórdão nº 1.599/2010 – Plenário - Rel. Min. Marcos Bernquerer Costa – DOU 14.07.2010. *Grifamos e sublinhamos.*

⁴ TCU - Acórdão nº 2.477/2009 – Plenário - Rel. Min. José Múcio Monteiro - DOU 23.10.2009. *Grifamos e sublinhamos.*

com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou **condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes **ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato**, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

É conclusivo que a Administração Pública não pode atuar de forma desvirtuada ocasionando indevida restrição à competitividade, fato este configurado pela mencionada exigência do Edital, que impõe como requisito a juntada de vistoria técnica, maculando seriamente a competitividade do certame.

Pelo exposto, deve a Impugnação ser acolhida para sanar o vício do Edital retificando a redação contida no item 10.8.9.14 do referido edital para excluir a exigência de obrigatoriedade da vistoria técnica.

3. RESPONSABILIDADE DO AGENTE PÚBLICO:

Cabe ressaltar, ainda, a responsabilidade do Agente pelo ato Administrativo da Licitação. Deve-se observar que quando as formalidades que deveriam revestir a prática do ato pelo Agente Público são ignoradas ou omitidas, haverá consumação de crime, conforme previsto



ALFA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS LTDA

CNPJ: 24.977.627/0001-65

ALFA CONSTRUTOP

nos arts. 337-I e 337-K do Código Penal. Tais crimes se aperfeiçoam através de conduta que impeça a disputa isonômica do procedimento licitatório, ou que resultem em flagrante prejuízo ao erário.

4. PEDIDOS:

Por todo o exposto, a licitante **ALFA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS LTDA**, CNPJ: 24.977.627/0001-65, End.: Ramal Sítio Nossa Senhora Rainha dos Corações, s/n – PA: 238 – Km 06, Seringa – São Caetano de Odivelas/PA – CEP: 68.775-000, por intermédio de seu representante legal a Sra. VANESSA DE JESUS DA SILVA REIS admitido neste ato, nacionalidade brasileira, nascida em 29/03/1983, solteira, empresária, CPF nº 826.016.742-53, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 4425171, órgão expedidor PC – PA, em respeito aos princípios e regras norteadoras das licitações, requer:

a) o julgamento de procedência desta impugnação com a republicação do Edital e redesignação da data de abertura, nos termos expostos ao longo desta peça, contendo a seguinte alteração:

i. Retificar a redação contida nos itens 10.8.9.14 e 10.8.9.15 do Edital para excluir a obrigatoriedade da exigência de obrigatoriedade da vistoria técnica;

b) O encaminhamento desta Impugnação à Superior Instância Administrativa competente, caso sejam mantidas as condições atuais do instrumento convocatório, o que não deve ocorrer.

Por fim, informa-se que, caso mantidas as ilegalidades apontadas, a presente impugnação será encaminhada ao conhecimento do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da imprensa local, na forma prevista do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, sendo tomadas as medidas judiciais cabíveis.

São Caetano de Odivelas/PA, 17 de outubro de 2023.

ALFA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS LTDA

VANESSA DE JESUS DA SILVA REIS

Proprietária

CPF: 826.016.742-53 RG: 4425171 PC/PA

CNPJ nº 24.977.627/0001-65



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Nº 001/2023 - RDC 03/CBMPA

Referência: RDC nº 003/2023– CBMPA.

PAE nº: 2023/904789.

Objeto da licitação: SELEÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DE ORIXIMINÁ.

Empresa Solicitante: AFLA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS LTDA,
CNPJ: 24.977.627/0001-65.

Presidente: Clebson Luiz Costa da Silva - MAJ QOBM.

Data do Certame: 01 de novembro de 2023, 09h30min.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de resposta à impugnação ao Edital do Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido o prazo estabelecido no artigo 24, do decreto federal nº 10.024/2019;

3. DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

[...] em respeito aos princípios e regras norteadores das licitações, requer:

a) o julgamento de procedência desta impugnação com a republicação do Edital e redesignação da data de abertura, nos termos expostos ao longo desta peça, contendo a seguinte alteração:

i. Retificar a redação contida nos itens 10.8.9.14 e 10.8.9.15 do Edital para excluir a obrigatoriedade da exigência de obrigatoriedade da vistoria técnica;

b) O encaminhamento desta Impugnação à Superior Instância Administrativa competente, caso sejam mantidas as condições atuais do instrumento convocatório, o que não deve ocorrer.

4. DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

4.1. Considerando o teor do pedido de impugnação, a qual alega excesso às normas por parte desta administração na exigência da obrigatoriedade de vistoria técnica, (item 10.8.9.14 do edital). Temos que o setor demandante e técnico da corporação realizou estudo e planejamento quanto a necessidade de tal vistoria, o qual ensejou na justificativa existente no ITEM V – DA VISTORIA, subitens 10 a 12.2 do projeto básico;

4.2. Entendemos que, de acordo com entendimentos do Tribunal de Contas da União, a vistoria técnica é cabível e tem o objetivo de fornecer as empresas licitantes, antes da elaboração de sua proposta de preços, o conhecimento real das condições do objeto a ser licitado. Neste sentido, trazemos a baila o que diz o Acórdão 2826/2014 - Plenário quanto a exigência de visita técnica:

"(...)

A exigência de visita técnica antes da licitação é admitida, desde que atendidos os seguintes requisitos: (i) demonstração da imprescindibilidade da visita; (ii) não imposição de que a visita seja realizada pelo engenheiro responsável pela obra; e (iii) não seja estabelecido prazo exíguo para os licitantes vistoriarem os diversos locais onde os serviços serão executados.

(...)"

4.3. Considerando os termos do TCU, resta claro que a exigência de vistoria técnica é ato discricionário da administração e é cabível para o caso, pois obedece os três requisitos acima expostos, senão vejamos: ⁽ⁱ⁾está alinhado ao acórdão acima exposto, uma vez que no projeto básico resta comprovada sua justificativa (subitens 10 a 12.2), ⁽ⁱⁱ⁾é franqueado a qualquer profissional tecnicamente gabaritado, mediante procuração, realizar a referida visita (nos termos do item 12.1.1), bem como está sendo fornecido ⁽ⁱⁱⁱ⁾prazo mais que suficiente para a sua realização, visto que entre a divulgação e a data de abertura do certame há um lapso temporal de ao menos 22 dias;

4.4. Nestes termos, considerando o teor do pedido de impugnação apresentado, este presidente vislumbra que a resposta não acarreta alteração na substância da proposta.

5. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, **CONHEÇO AS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA**, para o mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, decidindo pela improcedência integral dos pedidos apontados pela empresa AFLA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

TOPOGRÁFICOS LTDA, **CNPJ:** 24.977.627/0001-65, para o Edital do RDC Eletrônico nº 03/2023 – CBMPA, nos termos das legislações vigentes e argumentos apresentados, mantendo o edital em todos os seus termos;

- 5.1. Encaminhar resposta via e-mail ao licitante, com registro em campos próprios nos sistemas Comprasgov e Compras Pará;
- 5.2. É a decisão.

Belém-Pará, 19 de outubro de 2023.

Clebson **Luiz** Costa da Silva – **MAJ QOBM**
Presidente do RDC nº 03/2023 –CBMPA





Incluir Esclarecimentos/Impugnações/Avisos

UASG: 925853 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ

Licitação nº: 3/2023

Modo de Disputa: Fechado

Avisos Esclarecimentos Impugnações	
Impugnação 20/10/2023 15:35	<p>Mensagem: ILUSTRÍSSIMO SENHOR HELTON CHARLES ARAÚJO MORAIS - CEL BM - Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Pará e em Exercício. REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES - RDC Nº 003/2023 - CBMPA OBJETO: SELEÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DE ORIXIMINÁ. REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES - RDC Nº 003/2023 - CBMPA OBJETO: SELEÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DE ORIXIMINÁ. ALFA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS LTDA, CNPJ: 24.977.627/0001-65, End.: Ramal Sítio Nossa Senhora Rainha dos Corações, s/n – PA: 238 – Km 06, Seringa – São Caetano de Odivelas/PA – CEP: 68.775-000, por intermédio de seu representante legal a Sra. VANESSA DE JESUS DA SILVA REIS admitido neste ato, nacionalidade brasileira, nascida em 29/03/1983, solteira, empresária, CPF nº 826.016.742-53, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 4425171, órgão expedidor PC - PA, vem, respeitosamente e tempestivamente, apresentar IMPUGNAÇÃO aos termos do Edital em epígrafe, com sustentação no art. 41, §2º, da Lei nº 8.666/1993 e no item 20.4 do Edital, tendo em vista que o mesmo possui flagrantes ilegalidades que ensejam a alteração do edital e a designação de nova data para realização do certame, pelas razões e motivos a seguir. 1. TEMPESTIVIDADE: A impugnação ora apresentada está em consonância com a legislação pertinente a matéria de licitações públicas, estando dentro do prazo de definido pelo Edital, qual seja aquele disposto no art. 41 da Lei nº 8.666/93. Tal prazo é até 05 (cinco) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital. Nesses termos, o prazo para a apresentação desta impugnação se esgota no dia 26/10/2023, uma vez que a sessão está marcada para o dia 01/11/2023. Assim sendo, a impugnação deve ser recebida e devidamente analisada por Vossa Senhoria. 2. SÍNTESE DOS FUNDAMENTOS: Na expectativa de participar do certame em referência, a impugnante obteve o Edital em apreço, que tem como objeto a “SELEÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DE ORIXIMINÁ.”. Contudo, após a análise do mesmo, a Impugnante se deparou com problemas e possível ilegalidade, não restando outra alternativa na esfera administrativa senão impugnar o mesmo. Em primeiro lugar, o Edital contém ilegalidade por fixar a VISTORIA TÉCNICA COMO OBRIGATÓRIA, o que restringe indevidamente a competitividade, em afronta ao art. 3º, §1º, da Lei nº 8.666/1993. A Impugnante reitera que a presente impugnação tem por escopo tão somente a melhor satisfação do interesse público, o que se viabilizará com a integral retificação dos vícios que se passa a apontar. 2.1. ILEGALIDADE NA OBRIGATORIEDADE DE VISTORIA TÉCNICA – VIOLAÇÃO AO ART. 3º, §1º, DA LEI Nº 8.666/1993: Em primeiro lugar, o item 10.8.9.14 do edital prevê como condição de qualificação técnica, a visita técnica obrigatória. Senão vejamos: 10.8.9.14 Atestado de Visita emitido pelo CBMPA, em nome da Licitante, de que ela, conforme definido no Projeto Básico, visitou o local onde serão executadas as obras/serviços, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos mesmos até o dia útil anterior a realização do certame, a ser agendado previamente, tal ato (visita técnica) é obrigatória, caso a empresa tenha um endereço distante do endereço do objeto contratado, poderá apresentar profissional habilitado. Visita esta a ser agendada previamente (Tenente Felipe 91 98229-8989). Ocorre que, a exigência de visita técnica obrigatória limita o universo de competidores, uma vez que acarreta ônus excessivo aos interessados que se encontram em localidades distantes do local estipulado para o cumprimento do objeto. Inobstante, o mundo (e especialmente o Brasil) está vivendo um tempo de sérias restrições de locomoção devido a problemas climáticos, bem como, atravessando crises econômicas, políticas e sociais. Exigir vistoria técnica em um período de de crises acima mencionadas, como é a nossa realidade atual. Ademais, o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO possui diversos julgados no sentido de que é desnecessário o comparecimento ao local de prestação dos serviços, bastando a declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto. A ver: “ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em: (...) 9.4. determinar, nos termos do art. 43, I, da Lei</p>

Avisos Esclarecimentos Impugnações

nº 8.443, de 1992, e do art. 250, II, do RITCU, que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), além da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Instituto Euvaldo Lodi (IEL-NC), promovam a devida correção das falhas identificadas no edital da Concorrência nº 8/2018, adotando as seguintes medidas: (...) 9.4.4. inclua a possibilidade de substituição do atestado de visita técnica obrigatória pela declaração formal do responsável técnico sobre o pleno conhecimento do objeto, em consonância com a jurisprudência do TCU (v.g. Acórdãos 1.823/2017, 212/2017, 2.126/2016 e 1.955/2014, do Plenário).”1 “ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e 250, inciso IV e §2º, do Regimento Interno deste Tribunal e, diante das razões expostas pelo relator, em: (...) 9.7. dar ciência à Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ): 9.7.1. de que são irregularidades que podem ensejar a anulação do certame as seguintes: (...) 9.7.4. exigência de “atestado de visita técnica”, sob pena de desclassificação da proposta, sem a devida motivação e sem franquear às licitantes a alternativa de apresentação de declaração de opção de não realizar a vistoria, sem prejuízo da consecução do objeto, em desacordo com a Constituição Federal, art. 37, inciso XXI; com a Lei 8.666/1993, art. 3º, §1º; e com a Jurisprudência do TCU (Acórdãos 655/2016, 1 TCU - Acórdão nº 893/2019 – Plenário - Rel. Min. André de Carvalho – J. 16.04.2019. Grifamos e sublinhamos. 656/2016, 234/2015, 1.955/2014, 1.604/2014, 714/2014, 1.731/2008, todos do Plenário do TCU);”2 “O TCU firmou entendimento de que há restrição na competitividade e afronta ao disposto no inc. III do art. 30: “(...) extrapola tal preceito o requisito de que o próprio profissional a ser indicado na licitação como responsável técnico da obra deva ser o credenciado para a vistoria”. O TCU ponderou também que “(...) não se mostra razoável e não encontra abrigo na legislação o estabelecimento de vistoria no mesmo dia e horário, para todos os credenciados, uma vez que esse procedimento, além de restringir a participação dos interessados, possibilita a ocorrência de ajustes entre os futuros licitantes.” Diante dos fatos, o tribunal determinou ao órgão jurisdicionado que “abstenha-se de estabelecer, em licitações (...), cláusulas impondo a obrigatoriedade de comparecimento ao local das obras, (...) sendo suficiente a declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto”.3 “a exigência de realização de visitas técnicas (ou vistoria, nos termos empregados no edital) aos locais de execução dos serviços como critério de habilitação de licitantes já foi considerada abusiva pelo Tribunal em algumas ocasiões, por ausência de previsão legal. Segundo essa linha de entendimento, a declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços basta à Administração como prevenção contra possíveis alegações de impossibilidade de execução do contrato ou demandas por revisão contratual em razão de circunstâncias passíveis de serem avaliadas nessas visitas.”4 Portanto, resta evidente que a obrigatoriedade da vistoria técnica é ilegal e enseja a anulação do certame caso permaneça prevista no Edital, como prevê a jurisprudência do TCU. Logo, deve ser excluída tal previsão, permitindo-se que a vistoria técnica possa ser substituída por declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços. Essa exigência afronta também o art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666/1993: “Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade 2 TCU - Acórdão nº 1823/2017 – Plenário - Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues – J. 23.08.2017. Grifamos e sublinhamos. 3 TCU - Acórdão nº 1.599/2010 – Plenário - Rel. Min. Marcos Bernquerer Costa – DOU 14.07.2010. Grifamos e sublinhamos. 4 TCU - Acórdão nº 2.477/2009 – Plenário - Rel. Min. José Múcio Monteiro - DOU 23.10.2009. Grifamos e sublinhamos. com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. § 1º É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; É conclusivo que a Administração Pública não pode atuar de forma desvirtuada ocasionando indevida restrição à competitividade, fato este configurado pela mencionada exigência do Edital, que impõe como requisito a juntada de vistoria técnica, maculando seriamente a competitividade do certame. Pelo exposto, deve a Impugnação ser acolhida para sanar o vício do Edital retificando a redação contida no item 10.8.9.14 do referido edital para excluir a exigência de obrigatoriedade da vistoria técnica. 3. RESPONSABILIDADE DO AGENTE PÚBLICO: Cabe ressaltar, ainda, a responsabilidade do Agente pelo ato Administrativo da Licitação. Deve-se observar que quando as formalidades que deveriam revestir a prática do ato pelo Agente Público são ignoradas ou omitidas, haverá consumação de crime, conforme previsto nos arts. 337-I e 337-K do Código Penal. Tais crimes se aperfeiçoam através de conduta que impeça a disputa isonômica do procedimento licitatório, ou que resultem em flagrante prejuízo ao erário. 4. PEDIDOS: Por todo o exposto, a licitante ALFA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS LTDA, CNPJ: 24.977.627/0001-65, End.: Ramal Sítio Nossa Senhora Rainha dos Corações, s/n – PA: 238 – Km 06, Seringa – São Caetano de Odivelas/PA – CEP: 68.775-000, por intermédio de seu

Avisos Esclarecimentos Impugnações

representante legal a Sra. VANESSA DE JESUS DA SILVA REIS admitido neste ato, nacionalidade brasileira, nascida em 29/03/1983, solteira, empresária, CPF nº 826.016.742-53, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 4425171, órgão expedidor PC – PA, em respeito aos princípios e regras norteadores das licitações, requer: a) o julgamento de procedência desta impugnação com a republicação do Edital e redesignação da data de abertura, nos termos expostos ao longo desta peça, contendo a seguinte alteração: i. Retificar a redação contida nos itens 10.8.9.14 e 10.8.9.15 do Edital para excluir a obrigatoriedade da exigência de obrigatoriedade da vistoria técnica; b) O encaminhamento desta Impugnação à Superior Instância Administrativa competente, caso sejam mantidas as condições atuais do instrumento convocatório, o que não deve ocorrer. Por fim, informa-se que, caso mantidas as ilegalidades apontadas, a presente impugnação será encaminhada ao conhecimento do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da imprensa local, na forma prevista do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, sendo tomadas as medidas judiciais cabíveis. São Caetano de Odivelas/PA, 17 de outubro de 2023. ALFA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS LTDA VANESSA DE JESUS DA SILVA REIS Proprietária CPF: 826.016.742-53 RG: 4425171 PC/PA CNPJ nº 24.977.627/0001-65

Resposta: RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO Nº 001/2023 - RDC 03/CBMPA
Referência: RDC nº 003/2023– CBMPA. PAE nº: 2023/904789. Objeto da licitação: SELEÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DE ORIXIMINÁ. Empresa Solicitante: AFLA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS LTDA, CNPJ: 24.977.627/0001-65. Presidente: Clebson Luiz Costa da Silva - MAJ QOBM. Data do Certame: 01 de novembro de 2023, 09h30min. 1. INTRODUÇÃO 1.1. Trata-se de resposta à impugnação ao Edital do Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado. 2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE 2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido o prazo estabelecido no artigo 24, do decreto federal nº 10.024/2019; 3. DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO [...] em respeito aos princípios e regras norteadores das licitações, requer: a) o julgamento de procedência desta impugnação com a republicação do Edital e redesignação da data de abertura, nos termos expostos ao longo desta peça, contendo a seguinte alteração: i. Retificar a redação contida nos itens 10.8.9.14 e 10.8.9.15 do Edital para excluir a obrigatoriedade da exigência de obrigatoriedade da vistoria técnica; b) O encaminhamento desta Impugnação à Superior Instância Administrativa competente, caso sejam mantidas as condições atuais do instrumento convocatório, o que não deve ocorrer. 4. DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO 4.1. Considerando o teor do pedido de impugnação, a qual alega excesso às normas por parte desta administração na exigência da obrigatoriedade de vistoria técnica, (item 10.8.9.14 do edital). Temos que o setor demandante e técnico da corporação realizou estudo e planejamento quanto a necessidade de tal vistoria, o qual ensejou na justificativa existente no ITEM V – DA VISTORIA, subitens 10 a 12.2 do projeto básico; 4.2. Entendemos que, de acordo com entendimentos do Tribunal de Contas da União, a vistoria técnica é cabível e tem o objetivo de fornecer as empresas licitantes, antes da elaboração de sua proposta de preços, o conhecimento real das condições do objeto a ser licitado. Neste sentido, trazemos a baila o que diz o Acórdão 2826/2014 - Plenário quanto a exigência de visita técnica: "(...) A exigência de visita técnica antes da licitação é admitida, desde que atendidos os seguintes requisitos: (i) demonstração da imprescindibilidade da visita; (ii) não imposição de que a visita seja realizada pelo engenheiro responsável pela obra; e (iii) não seja estabelecido prazo exíguo para os licitantes vistoriarem os diversos locais onde os serviços serão executados. (...)” 4.3. Considerando os termos do TCU, resta claro que a exigência de vistoria técnica é ato discricionário da administração e é cabível para o caso, pois obedece os três requisitos acima expostos, senão vejamos: (i) está alinhado ao acórdão acima exposto, uma vez que no projeto básico resta comprovada sua justificativa (subitens 10 a 12.2), (ii) é franqueado a qualquer profissional tecnicamente gabaritado, mediante procuração, realizar a referida visita (nos termos do item 12.1.1), bem como está sendo fornecido (iii) prazo mais que suficiente para a sua realização, visto que entre a divulgação e a data de abertura do certame há um lapso temporal de ao menos 22 dias; 4.4. Nestes termos, considerando o teor do pedido de impugnação apresentado, este presidente vislumbra que a resposta não acarreta alteração na substância da proposta. 5. DA CONCLUSÃO Diante do exposto, CONHEÇO AS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA, para o mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, decidindo pela improcedência integral dos pedidos apontados pela empresa AFLA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS LTDA, CNPJ: 24.977.627/0001-65, para o Edital do RDC Eletrônico nº 03/2023 – CBMPA, nos termos das legislações vigentes e argumentos apresentados, mantendo o edital em todos os seus termos; 5.1. Encaminhar resposta via e-mail ao licitante, com registro em campos próprios nos sistemas Comprasgov e Compras Pará; 5.2. É a decisão. Belém-Pará, 19 de outubro de 2023. Clebson Luiz Costa da Silva – MAJ QOBM Presidente do RDC nº 03/2023 –CBMPA

Esclarecimento
20/10/2023 15:31

Mensagem: ...20.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados à Comissão de Licitação, até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no e-mail: cplcbmpa@gmail.com.... EMPRESA ALFA ENGENHARIA REFERENTE A VISITA TÉCNICA OBRIGATÓRIA: 10.8.9.14. Atestado de Visita emitido pelo CBMPA, em nome da Licitante, de que ela, conforme definido no Projeto Básico, visitou o local onde serão executadas as obras/serviços, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam